

MULHERES E SEUS SABERES *ENGRAVIDANDO* UMA *OUTRA ECONOMIA*¹

Maria Clara Bueno Fischer
Clair Ribeiro Ziebell

Resumo

O estudo apresentado neste artigo insere-se no campo *trabalho e educação* e, de forma mais específica, refere-se à investigação da produção e socialização de conhecimentos advindos da prática social. Determinados saberes de mulheres envolvidas em atividades de *gestação* de uma *outra economia*, localizadas na Grande Porto Alegre/RS, são apresentados e analisados: saberes desenvolvidos na ação e gestão comunitária, em atividades de trabalho formal e não formal e, também, em cooperativas. Além disso, uma reflexão a respeito do processo de conhecimento construído no ato de relacionar saberes da experiência e saberes formais é desenvolvida.

Palavras-chave: saberes, experiência, relações de gênero, trabalho, cooperativa.

WOMEN AND THEIR KNOWLEDGE GENERATING ANOTHER ECONOMY

Abstract

The study presented in this article can be included in the field of *Work and Education*. Specifically, it is concerned with the investigation of the production and socialization of knowledge developed in social practice. Certain knowledge produced by women involved in the activities of generating *another economy*, in Greater Porto Alegre, is presented and discussed: this knowledge is developed in community actions, in formal and nonformal activities, and in cooperatives. Besides, we reflect on the knowledge process which is constructed while both experiential knowledge and formal knowledge are related and developed.

Key-words: learning, experience, gender relations, work, cooperative.

¹ Apoio da FAPERGS (BIC) e do CNPq à pesquisa.

Nestes tempos difíceis, as classes populares da América Latina têm produzido ações de resistência à dominação e também ações propositivas, como é o caso da *outra economia*², que necessitam ser conhecidas e analisadas. Defendemos, neste artigo, a importância específica de reconhecer e legitimar os saberes produzidos pelas mulheres neste contexto, em função da sua relevância no processo de *gestação* desta economia. Embora homens e mulheres das classes populares sofram e, ao mesmo tempo, produzam diferentes formas de dominação e discriminação, são as mulheres que se constituem, predominantemente, no pólo subordinado na histórica relação assimétrica entre os gêneros masculino e feminino. Na pesquisa desenvolvida por Abramo, por exemplo,

ainda que o problema do desemprego tenha se agudizado tanto para homens quanto para mulheres nos anos 90, este problema foi significativamente mais grave para a força de trabalho feminina: enquanto a sua taxa de desemprego em 1999 era 20% superior a masculina no ano de 2000 esta relação sobe para 30% (ABRAMO, 2002, p.20).

Vêm, entretanto, lutando e se afirmando como seres de seu tempo, no próprio enfrentamento dos limites colocados à sua humanização. Nesse movimento, vão criando e recriando modos de ser, de dar sentido às suas vidas e de produzir saberes.

Apresentamos aqui uma reflexão a respeito de saberes da experiência desenvolvida na vida e no trabalho de mulheres atuantes em empreendimentos econômicos solidários.

Empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, comercialização e do crédito. (GAIGER, 2003, p.135)

² Expressão utilizada por CATTANI, A. (2003) para designar várias formas de organizar a produção material e os serviços que aparecem como alternativas à economia capitalista como empresas autogestionárias e cooperativas.

Entrevistamos mulheres de uma cooperativa de serviços, denominada, aqui, empreendimento A, e de uma associação pró-cooperativa de produção de remédios e alimentos, empreendimento B, localizadas em São Leopoldo e Canoas respectivamente. Os dados trabalhados aqui foram coletados no contexto de uma pesquisa mais ampla cujo objetivo foi analisar a relação entre os saberes da experiência das pessoas trabalhando em cooperativas e os desenvolvidos em cursos de formação para atuação naquelas, promovidos por uma confederação sindical de trabalhadores. Esta teve um papel importante na constituição dos dois empreendimentos. O empreendimento A, criado por um grupo de mulheres com a ajuda da comunidade e de assistentes sociais, teve como momento desencadeador uma de suas ações político-educativas denominadas oficinas de desenvolvimento sustentável. Estas se caracterizavam por encontros abertos à comunidade em que se discutiam perspectivas de desenvolvimento local. As mulheres do outro empreendimento fizeram um curso de formação oferecido por um sindicato da mesma confederação. Este curso de 60 horas, que foi observado pela equipe de pesquisa, tinha como tema central a implementação e gestão de cooperativas.

Os objetivos gerais da pesquisa, o relativo insucesso do empreendimento A e, por outro lado, o relativo sucesso do empreendimento B e a nossa curiosidade em entender como as mulheres estavam associando sua experiência cotidiana com os conteúdos do curso observado, levou-nos a ouvi-las a respeito dos seus saberes de vida e trabalho. Realizar uma espécie de inventário de saberes e analisá-los foi uma busca necessária para entender melhor os limites e as possibilidades dos empreendimentos e para contribuir com a elaboração de cursos de formação voltados para esta *outra economia*. A necessidade de realização de pesquisas sobre tais saberes das classes populares vem sendo reconhecida por estudiosos do campo Trabalho e Educação, como é o caso de Tiriba, para quem “sabemos pouco sobre o saber popular em matéria de economia” (2004, p.85).

A experiência e os saberes: em busca de um encontro

A perspectiva freireana instaurou, há algum tempo, entre parcela de educadores e de lideranças populares, a convicção do valor da apropriação crítica, através da práxis, das vivências dos sujeitos e de seus saberes como condição necessária para a libertação dos seres humanos, de e em processos de dominação que, muitas vezes, são contraditoriamente alimentados pelos dominados. Um ato de conhecimento desta natureza, através do diálogo, supõe e realiza uma

relação dialética entre conteúdo e forma e entre sujeito e objeto, permitindo, portanto, o reconhecimento desses como resultado de relações sociais inseridas numa totalidade histórica e contraditória permeadas por relações de poder. Implica, também, a compreensão do próprio pensamento, que participa ativamente da construção do objeto, como estando em permanente movimento. A linguagem aí produzida contribui para expressar e, ao mesmo tempo, construir a tensa experiência dos sujeitos de estar *no* e *com* o mundo. Identificar, sistematizar, nomear e legitimar saberes produzidos pelos e com os sujeitos nas experiências de implementação de uma *outra economia* são ações que se inscrevem, portanto, num horizonte emancipatório, pois podem contribuir para os sujeitos estarem *com* o mundo.

A apropriação de um sujeito, com razão e sensibilidade, de suas próprias vivências, constrói uma experiência *formadora*, possibilitando, do nosso ponto de vista, um adentramento nas complexas relações entre determinação e ação do sujeito (JOSSO, 2004). Entender a dinâmica objetiva e subjetiva da *experiência* de trabalho, que inclui a produção e nomeação de saberes nela desenvolvidos, parece ser uma condição essencial para fazer acontecer uma *outra economia* em que, exatamente, o fim anunciado é o próprio sujeito e não a mercadoria.

Pesquisar e realizar atividades sobre este tema demanda, por consequência e por coerência, a opção por um processo teórico-metodológico que relacione apropriadamente saberes da experiência, saberes formais e desenvolvimento de autonomia. Josso (2004) tem-nos auxiliado nesta tarefa em nossa pesquisa, através de suas proposições a respeito do trabalho de formação e de pesquisa com narrativas de história de vida que oferecem ao sujeito a possibilidade de apropriar-se de seu processo de formar-se ao longo da vida. O “caminhar para si” e “com o outro”, na perspectiva da autora, permitem um distanciamento do vivido, contribuindo para que o sujeito transforme suas vivências marcantes em experiências formadoras.

A experiência formadora é uma aprendizagem que articula, hierarquicamente: saber fazer e conhecimentos, funcionalidade e significação, técnicas e valores num espaço-tempo que oferece a cada um a oportunidade de uma presença para si e para a situação, por meio da mobilização de uma pluralidade de registros (JOSSO, 2004, p.39).

Souza também tem contribuído com nossas reflexões, quando se refere aos processos de re-cognição que

implicam na capacidade de identificar e respeitar o que o educando [pesquisado] sabe, seu conhecimento, mas, ao mesmo tempo, a competência que, a partir desse saber e do saber científico, deve dominar. Ajudar o educando a construir um novo saber é realizar a re-cognição. Requer, pois, competência e habilidade para avaliar diversos tipos de conhecimento e ajudar o educando [pesquisado] a apropriar-se dos mecanismos capazes de transformá-lo em construtor de seu próprio conhecimento e de sua reinvenção como pessoa, cidadão e sujeito (SOUZA, 2000, p.53).

A problemática dos saberes produzidos em situações de trabalho é contemporânea e mobiliza pesquisadores e gestores de organizações de trabalho. Há aqueles imersos numa perspectiva pragmática que buscam identificar saberes tácitos dos trabalhadores para serem mais rapidamente incorporados ao processo produtivo e, assim, contribuir com o processo de valorização do capital. Outra, com a qual temos trabalhado, busca a identificação, reconhecimento, valorização e ressignificação dos saberes dos trabalhadores e trabalhadoras para afirmação do trabalho e do ser humano implicados e produtores de seu tempo histórico. Aqui podemos citar, por exemplo, os trabalhos de Correia (1997), Santos (2000), Schwartz (2003) e Tiriba (2000).

Em nossa pesquisa, entrevistamos 15 mulheres participantes de uma cooperativa de serviços – empreendimento A; e de uma associação pró-cooperativa de alimentos e remédios alternativos – empreendimentos B. A família, a comunidade, os movimentos sociais, os cursos de educação popular e os espaços de trabalho informal e formal constituem-se em lugares onde as entrevistadas estão produzindo saberes *populares* e sentidos para sobreviver e viver dignamente. Conforme Santos,

o saber popular é aquele que nasce da atividade de pensar e de refletir das pessoas e grupos das camadas populares sobre a sua experiência vivida em todas as práticas, em todas as situações vividas. Ele sofre, também, a influência de conhecimentos produzidos e organizados por outros segmentos sociais (SANTOS, 2000, p.297).

Parece-nos que os conceitos de experiência formadora, o de re-cognição e o de saber popular, acima identificados, se complementam e contribuem para a nossa reflexão.

Os saberes das mulheres e a gestão comunitária

Muitas das entrevistadas têm a vivência da gestão comunitária.³ Este conceito nomeia a realização e a organização de parcela do trabalho reprodutivo, já que a outra se refere ao trabalho doméstico. Diz respeito às ações de mulheres na comunidade organizando grupos com fins diversos, como implementar ações de geração de renda ou atividades relacionadas ao cuidado de pessoas. Envolve, também, a sua participação em atividades promovidas pelas igrejas, sindicatos, movimento social urbano, ONGs e ações de Educação Popular promovidas por diferentes atores. Nesses espaços e tempos, elas produzem múltiplos saberes.

A participação em um movimento da moradia, por exemplo, foi muito significativa para as participantes da associação, empreendimento B. Conquistaram suas casas através de ocupação e negociação coletiva. Foi uma situação em que aprenderam sobre as vantagens da ação coletiva e do ato de compartilhar saberes para conquistar bens ou direitos. Diversos saberes de natureza política e organizativa são indicados: coordenar pequenos e grandes grupos; elaborar propostas conjuntas; tomar decisões, individual e coletivamente; construir consensos; encorajar as pessoas a desenvolver e a manter uma disposição para lutar por seus direitos; planejar ações considerando táticas e estratégias; compartilhar; saber agir, identificando e considerando correlações de força e, portanto, interesses de pessoas e de grupos; identificar as formas como lutam para defendê-los e aprender a enfrentar tensões quando não há consenso. Aprender o que é e como realizar uma gestão democrática mistura-se com o aprender uma perspectiva autoritária de gestão. Indicam o aprendizado de superar o medo de falar em público e valorizar a própria opinião, mantendo energia e iniciativa mesmo em situações hostis: o ter e usar a voz e a vez.

A gestão comunitária promove ainda o cultivo de uma cultura da coerência necessária, por parte das lideranças comunitárias, entre a palavra e a ação, de ser transparente nas informações oferecidas e respeito no uso do patrimônio comum. A experiência em atividades desenvolvidas nas Comunidades Eclesiais de Base desenvolve valores de autonomia e solidariedade: “ensinar a pescar e não simplesmente dar

³ Gaiger identificou, em sua pesquisa realizada sobre Projetos de Ação Comunitária no RS, que, de um total de 236 entrevistados e entrevistadas, 73,3% das mulheres estavam envolvidas em projetos de fornos comunitários; 62,26% em projetos de pequenos ofícios e indústrias; 36,36% em diretorias da igreja e pastorais e 40,36% representando a comunidade em âmbito maior (1994, p.56). São dados que ilustram essa atuação das mulheres na gestão comunitária.

o peixe para alguém que pede sua ajuda”; “o que tu aprendes tu deves ensinar aos outros, não simplesmente ficar para ti”; “viver em comunidade”; “dar e receber” são expressões lembradas pelas entrevistadas.

As mulheres aprenderam também a lutar a favor da construção de relações mais simétricas de gênero. Algumas das participantes da pesquisa, de ambos os empreendimentos, assistiram a cursos de Liderança de Gênero⁴ e de Promotoras Legais Populares (PLPs)⁵ e, nas entrevistas, destacaram a contribuição desses conteúdos na sua formação para agir nos empreendimentos. Nos cursos de formação das PLPs, são preparadas para defender a si e a outras que se encontram em situações de desigualdade, violência e preconceito. Nos cursos sobre formação de liderança de gênero, refletiam, entre outras coisas, a respeito de impasses enfrentados nas relações sociais nos grupos: desvendam as relações de poder que dificultam um processo democrático de participação, preparando-se para o exercício da liderança e a tomada de decisões.

Na associação pró-cooperativa, o empreendimento B, é possível perceber como a dimensão de gênero foi e é central na sua constituição e consolidação. Algumas das mulheres têm participado de atividades políticas envolvendo diferentes cidadãos e cidadãs que objetivam discutir e dar suporte às cooperativas no município onde se situam. No espaço do Fórum Social Mundial, vendem seus produtos e participam de oficinas sobre economia solidária. No caso da cooperativa, o empreendimento B, todas participaram da criação do Fórum de Mulheres na cidade e este tem sido fundamental para a ação da Coordenadoria da Mulher. A elevação de consciência de gênero ocorreu, como percebemos em suas falas, em função de diferentes atividades educativas realizadas pela Igreja, por ONGs, pela ação de extensão da Universidade⁶ e através da sua participação direta no movimento de mulheres, o que, todavia, não supera totalmente a cultura patriarcal que

⁴ O referido curso é promoção do Serviço Social/extensão Unisinos em parceria com a Rede Mulher de Educação de São Paulo e tem como objetivo uma formação sensível em frente a uma realidade repleta de desigualdade, através da reflexão-ação das mulheres, buscando entender as relações de gênero vivenciadas por elas e a construção de novas relações, no trabalho, na família, nos grupos, nos movimentos e nas organizações sociais onde atuam. A 1ª edição ocorreu de julho a novembro de 1999.

⁵ “Promotoras legais populares são mulheres que realizam capacitação em legislação e direitos humanos, com ênfase nos direitos das mulheres, tornando-se multiplicadoras de informações em suas comunidades, fortalecendo e qualificando a intervenção feminina na construção de relações mais igualitárias” (Texto do folder da ONG CECA – Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria – 2003).

⁶ Referimo-nos a um programa de extensão de assessoria a movimentos de mulheres realizado por professores e alunos do curso de Serviço Social da nossa universidade, há 14 anos.

nelas se reproduz e se manifesta também no cotidiano dos empreendimentos.

A gestão comunitária promove uma importante produção de saberes que é, por vezes, sistematizado e problematizado nas atividades de Educação Popular. As mulheres têm uma opinião muito positiva a respeito do que aí aprendem. Já a escola não é uma instituição citada como local de aprendizados significativos para prepará-las para o trabalho nas cooperativas ou mesmo como um lugar de informação, junto aos estudantes, do que está acontecendo nessas formas de trabalho cooperativo. Deve-se lembrar, no entanto, que algumas mulheres do empreendimento A, que fizeram cursos de formação promovidos pela confederação sindical, assim procederam porque eles possibilitavam, juntamente com oficinas de desenvolvimento sustentável, a certificação de ensino em nível fundamental. Estavam informadas das atuais exigências de certificação escolar pelas empresas. Muitas delas desejavam, originalmente, inserir-se em atividades assalariadas com vínculo empregatício. Registre-se também que a certificação de cursos, em si mesma, também se reveste de valor de outra natureza, para além da dimensão pragmática associada às demandas atuais de concorrência no mundo do trabalho. Nas formaturas dos cursos sobre Liderança de Gênero e de formação de Promotoras Legais Populares, por exemplo, presenciamos a satisfação das mulheres ao receber seu certificado. Mas, como se pode perceber, são questões de outra natureza e não dizem respeito ao papel da escola para a criação e implementação de empreendimentos econômicos solidários. Os dados das entrevistas indicam, parece-nos, um certo silêncio da escola regular em relação a este tema. Isso não quer dizer que a escola não possa cumprir um papel relevante para um possível ou desejável sucesso de uma *outra economia* como apontam os estudos, por exemplo, de Marlene Ribeiro (2004).

Podemos afirmar que a vida na comunidade e a gestão comunitária promovem a geração de saberes político-organizativos, de solidariedade, de gênero e uso de saber fazer aprendidos em casa. Saberes que têm, por vezes, passado por processos de re-cognição. Quando isso acontece, as vivências que os geraram vão-se transformando em experiências significativas; experiências formadoras.

É importante registrar que o campo de estudos e práticas de Educação de Pessoas Jovens e Adultas vem crescentemente incorporando o tema da economia solidária, indicando, parece-nos, que esta modalidade de escolarização deverá constituir-se num laboratório de

aprendizagem para se pensar uma outra relação entre economia e educação⁷.

Saberes em situações de trabalho

Perguntamos às mulheres a respeito das suas aprendizagens em outras atividades laborais, antes, ou concomitante à sua participação nos empreendimentos. Saberes como cozinhar, fazer remédios fitoterápicos, bordar ou costurar, não elevados à condição de saberes profissionais, foram construídos na família ou na comunidade. São, por vezes, potencializados e/ou aperfeiçoados em ações comunitárias voltadas à sobrevivência como, por exemplo, atividades de geração de renda e do cuidado da comunidade. Duas entrevistadas, e algumas informações mais abrangentes das entrevistadas da associação pró-cooperativa, ilustram nossa reflexão.

Jane carrega as marcas do trabalho na cidade. Ela trabalhou em indústrias de calçados, de produção de ar condicionado e como empregada doméstica, com vínculo formal. Sem vínculo, atuou em atelieres de calçados e em serviços domésticos. Da fábrica de calçados, destaca saberes aprendidos que lhe garantiram uma profissão, com registro na Carteira de Trabalho. Outros saberes lá aprendidos relacionam-se à gestão do trabalho: organização; hierarquia relacionada à competência e, no entendimento dela, não com gênero; a divisão sexual do trabalho é considerada necessária, justificando que homens devem assumir tarefas que exigem maior esforço físico. O trabalho na fábrica, diferente do doméstico, permitiu-lhe desenvolver uma certa independência pelos benefícios legais e pela qualificação profissional obtida. Mesmo assim, enfatiza saberes aprendidos com as patroas nas funções de empregada doméstica. Ao referir-se à cooperativa, entendia-a como uma iniciativa própria para os que não têm escolarização, ou mesmo uma profissão, e para quem está excluído do mercado formal de trabalho.

A maioria das pertencentes à associação pró-cooperativa veio do campo nos anos 70 e 80. Trabalhavam em pequenos pedaços de terra em família⁸. Nas cidades, quase todas foram trabalhadoras assalariadas no setor de serviços e poucas, na indústria. Uma divide seu tempo entre a associação e o trabalho num hospital. Todas realizam trabalho domés-

⁷ Ver, por exemplo, recente e interessante publicação do INEP (2005) intitulada de Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos.

⁸ Em pesquisa em desenvolvimento, com mulheres e homens de uma cooperativa de calçados, temos analisado, com mais profundidade, os saberes associados à cooperação, produzidos na experiência de trabalho no campo desses sujeitos.

tico (nos dois empreendimentos, é claro); algumas como empregadas domésticas, com ou sem contrato formal. A venda informal de produtos é parte da experiência de trabalho de algumas. Uma delas trabalha num pequeno negócio de vendas familiar. Em geral, dizem não ter uma profissão e, então, saberes propriamente profissionais. Aprenderam, nas suas próprias vivências ou nas de outros, que ter direitos trabalhistas é conquistar o reconhecimento social que possuem os/as empregados/as. Mencionam aspectos positivos relacionados à sociabilidade aí desenvolvida por elas: sair de casa e se afastar de atividades domésticas; encontrar outras pessoas no ônibus e fazer amigos fora do lugar onde vivem. Indicam saberes relacionados à organização do trabalho considerados positivos: cada uma com sua tarefa, sem ter que discutir tudo no coletivo, além de ter um horário de trabalho definido. Ao mesmo tempo, expressam indícios de insatisfação com a gestão verticalizada e o ambiente competitivo das empresas. Uma delas mencionou saberes de gestão coletiva aprendidos na cooperativa que estava utilizando nas suas tarefas no hospital. Chama a atenção para que, em geral, não é um saber profissional específico, mas a gestão do trabalho, que é salientada como saber aprendido. Talvez isso se explique pela falta de uma profissão, por um lado e, por outro, exatamente pelo desafio da mudança de concepção de gestão que uma cooperativa implica.

Carla, nosso segundo exemplo, pertence à associação, o empreendimento B. Teve uma passagem rápida em atividades de emprego formal no setor de serviços. Suas principais atividades prévias de trabalho foram nos serviços domésticos, em que os tradicionais saberes do cuidado da casa foram aprendidos, e como vendedora autônoma (atividade que ainda realiza). Esta também tem-lhe proporcionado o aprendizado de relacionamento com o público. É o trabalho de gestão comunitária, no entanto, que há tempo tem ocupado o lugar central em sua vida, fonte principal de produção de saberes e, segundo ela, de prazer. A ação na associação pró-cooperativa é parte disso. Nesta mulher, pode-se dizer que se corporifica, através da gestão comunitária que realiza, a mediação entre o mundo da produção e o da reprodução em todas as suas dimensões.

Para a maioria das entrevistadas, no entanto, ter um emprego formal seria muito melhor do que empreender esforços para estabelecer cooperativas, especialmente em função dos direitos trabalhistas. Têm clareza de que, por outro lado, na sua idade, conseguir emprego é difícil e as cooperativas surgem como alternativa. E, então, os saberes produzidos no mundo da reprodução vão entrando em cena, refazendo-se e legitimando-se, ou não...

Saberes nos e dos empreendimentos⁹

Há muitas exigências para implementar empreendimentos solidários: obter financiamento; realizar comercialização de produtos e serviços; fazer gestão coletiva; compreender e manejar relações humanas no cotidiano; conhecer a legislação e implementá-la; enfrentar competição desleal com “falsas” cooperativas; ter infra-estrutura; ter formação e qualificação voltada ao foco do empreendimento; superar assimetrias de gênero e, ainda, conquistar políticas públicas adequadas. Estamos focando apenas um aspecto implicado em tal implementação: os saberes da experiência dos sujeitos.

Quando criaram os empreendimentos, as entrevistadas tinham um conjunto de saberes que os sustentavam e ainda os sustentam. Uma série deles era relacionada com a reprodução e cuidado da vida: serviços gerais, bordar, cozinhar, cozer, produzir fitoterápicos e administrar o cotidiano das relações na comunidade. Saberes sem reconhecimento público e social, mas centrais para as suas atividades. Traziam também saberes relacionados à gestão do trabalho aprendidos em empresas: garantia de controle de qualidade; aspectos burocráticos; organização do trabalho, especialmente relacionados à hierarquia e divisão das tarefas.

Os casos indicam sinais diferenciados a respeito da transferência dos saberes prévios, aqueles potencialmente positivos, para a implementação dos empreendimentos numa perspectiva de cooperação solidária e com competência técnica. Fazer artesanato, forte no caso da cooperativa, não foi potencializado, embora houvesse mulheres com uma expectativa de tornar profissional o que faziam. Já, no outro, potencializaram saberes que tinham a respeito de fazer alimentos e produzir fitoterápicos. Elas tiveram dificuldades de transferir para o empreendimento valores como democracia, solidariedade e igualdade nas relações de gênero, mesmo que, de certa forma, os mantenham e os desenvolvam até hoje em outras esferas de atuação. Na associação, embora com dificuldades, a situação foi diferente.

Compreendendo o ocorrido: 1º ato

Uma perspectiva teórica que tem contribuído para a análise é a noção de rede movimentalista de ação direta de Doimo que nos auxilia no entendimento dos processos de socialização, produtores de saberes,

⁹ Tivemos limites para a realização de uma análise mais profunda, já que as experiências são relativamente recentes.

em que muitas das mulheres estiveram envolvidas. “São redes sociais que mobilizam pessoas que estão predispostas a ter uma participação contínua em movimentos sociais reivindicatórios num campo informado por valores comuns” (1995, p.152). Para a autora, “essas redes emergem de relações pessoais e através de manifestação de diferentes interesses e intercomunicação entre grupos de natureza e funções distintas e têm nas CEBs sua matriz fundadora” (p.155). E, ainda, “são redes constituídas de pessoas que estão predispostas a participar de forma contínua e concomitante: da luta contra o alto custo de vida à luta por creche, seguida da luta por saúde pública...” “caracterizando-se por um comportamento espasmódico” (p.152). Quem desses processos participa aprende a lutar e construir consensos em torno de valores que orientam e regulam uma conduta de participação. Ela afirma que “... a participação dos indivíduos nas redes está baseada na idéia do consenso e da solidariedade, que acaba criando um espaço para líderes carismáticos criando dificuldades para a absorção de conflitos internos e, então, acaba por excluir vozes divergentes” (p.156).

É uma experiência que vai produzindo valores e jeitos de atuar, a que alguns poderiam chamar “saber ser”. Refletir com as mulheres a respeito da questão de lideranças carismáticas; sobre o manejo com o conflito; sobre o contexto mais amplo em que estão inseridas e sobre a falta de institucionalidade de sua ação pode contribuir para a superação de algumas das dificuldades de realização de seu protagonismo na *outra economia*. Por outro lado, faz-se necessário analisar com elas características positivas desses processos como, por exemplo, a capacidade desenvolvida de estabelecer ações em rede e seus resultados. O seu envolvimento ativo na criação de fóruns e nas atividades de Educação Popular – os cursos de liderança de gênero; saúde comunitária e de promo-toras populares – são alguns exemplos. Ressaltamos, ainda, a necessidade de trazer à consciência sua capacidade de atuar tanto na esfera privada como na pública; isso também contribui para o reforço de seu protagonismo.

A categoria gênero também contribui para avançarmos no entendimento da relação entre saberes produzidos e aprendidos ao longo da vida, por um lado e, por outro, a ação das mulheres nos empreendimentos.

O grupo da cooperativa vivenciou, no seu cotidiano, as assimetrias de gênero, como o abuso de poder, a dupla jornada de trabalho, a desigualdade de remuneração e trabalho precarizado. As mulheres e um homem deste grupo organizaram sua ação com base em valores tradicionais, resultado de uma longa experiência de preconceito e discriminação. A presidência foi sendo assumida, e aceita pelo grupo, por um

único homem; o cargo legal, formal, no entanto, é de uma mulher! Ele, o marido desta, um aposentado que tinha tempo para empreender, conhecimento de aspectos burocráticos e um comportamento autoritário, mas maculado por um discurso a favor das mulheres, impôs sua liderança com uma aceitação aparentemente passiva das mulheres. Como e por que, com sua rica experiência e saberes, não o enfrentaram?

Saffioti, na reflexão que faz sobre a ordem patriarcal de gênero, afirma que são formas de dominação e exploração que persistem, sendo levadas ao extremo no atual modelo societário. Afirma que a predominância desta matriz “modela mais profundamente as subjetividades das pessoas” (2002, p.333). Um dos aspectos, elucidativo para compreender os casos em questão e talvez outros, diz respeito ao sentimento de impotência que, na mulher, seria específico de gênero. “Como gênero atravessa toda a vida social, pode-se afirmar que as mulheres, enquanto tais, vivenciam quotidianamente a impotência” (p.335). Para ela, as mulheres convivem mais com a impotência, pois seriam mais *treinadas* para tal¹⁰. Carreira, Ajamil e Moreira apontam outros aspectos que limitam o exercício da liderança pelas mulheres, entre eles: a crença de que o poder isola; de que todas as mulheres são iguais e, então, a busca obsessiva pelo consenso. As mulheres tendem a priorizar e a preservar as relações entre as pessoas a todo custo (CARREIRA, AJAMIL e MOREIRA, 2001).

Tais reflexões contribuem para a compreensão de elementos da subjetividade feminina, forjada culturalmente, por muitas ainda não superados, incidindo no protagonismo individual e coletivo e dificultando uma relação autônoma e cidadã nos espaços onde atuam.

A líder do grupo da associação pró-cooperativa trouxe consigo convicções e saberes mais consolidados a respeito da positividade de relações simétricas de gênero. Tal perspectiva foi desenvolvida principalmente nos variados cursos e atividades para mulheres de que têm participado. Ela é a líder de direito e de fato. Foi a proponente do empreendimento B com a intenção de apoiar mulheres que estavam sem perspectivas existenciais, incluindo a dimensão econômica, mas não só. Foi a partir dessa perspectiva de gênero que agiu e continua agindo. A associação funciona em sua casa, embora diga que lute continuamente para que seja transferida para outro local. São aspectos relevantes para analisarmos o relativo sucesso desse empreendimento e o papel do

¹⁰ Saffioti (2002) não desconsidera que as mulheres exerçam o poder mas a dimensão da impotência prevalece na relação face a face com os homens em geral e com o “seu homem”. Ressaltamos que tais reflexões, em que nos apoiamos, são feitas numa análise a respeito da violência contra a mulher e violência doméstica. Para nós, são fecundas também para compreender pelo menos o caso em questão.

protagonismo das mulheres. É uma líder e educadora popular, lembrando permanentemente suas companheiras sobre o que significa estabelecer uma cooperativa e mostrando caminhos para tal através de várias ações: elaboração de projetos; articulação com a comunidade mais ampla; busca de formas para comercializar os produtos, entre outras. Algumas, no entanto, indicaram que sentiam falta da presença masculina para venderem os produtos e sentirem-se mais seguras e respeitadas. Podemos levantar a hipótese da existência de uma certa impotência das outras mulheres por, tendencialmente, delegar o poder de decisão e a iniciativa para Carla. Algumas, parece-nos, ainda estão convencidas da cultura patriarcal: determinadas tarefas e condição de respeitabilidade social são associadas à figura masculina e à tendência a delegar o poder.

Doimo recorda-nos que os movimentos de mulheres na América Latina, situados no campo dos movimentos sociais populares, pautaram-se na década de 70 e 80 por uma conduta de ação direta, que teve como novidade importante o fato de se originarem fora da esfera produtiva e dos canais convencionais de mediação política; num contexto de crise do Estado capitalista, gerador de fortes carências experimentadas no cotidiano (DOIMO, 1995). Há, portanto, uma cultura nesse tipo de movimento que é diferente, estranha às relações tradicionais da esfera produtiva. Esta cultura ainda vem produzindo as mulheres e determinados saberes no âmbito da gestão comunitária.

Relacionar saberes produzidos e desenvolvidos nas experiências de trabalho, na gestão comunitária e nos empreendimentos com a noção de redes movimentalistas de ação direta e a categoria gênero permite atingir um nível maior de compreensão dos impasses e dos avanços das mulheres para o exercício de seu protagonismo.

A experiência e os saberes desenvolvidos nos movimentos de mulheres e gestão comunitária tiveram um papel central no processo de organização inicial dos dois empreendimentos através da iniciativa, mobilização e ação em rede. Tomando o caso da cooperativa – o empreendimento A – verificamos que, à medida que a ação é formalizada, isso se altera, tornando-se inoperantes ou não-importantes tais saberes. Na etapa produtiva, seja porque os objetivos se desviaram, seja porque nas relações de poder predominou a concepção masculina de trabalho, que passou a determinar o caráter que deveria ter o empreendimento e/ou, ainda, pela dificuldade das mulheres de atuar na esfera da produção ou com organizações mais institucionalizadas, não houve o mesmo desempenho e habilidade por parte das mulheres. Os saberes prévios aparentemente se desvaneceram, não dando um salto de

qualidade através de uma maior articulação entre a dimensão social, política e econômica.

Homens e mulheres têm dificuldades de estabelecer relações entre o mundo da produção e o mundo da reprodução; este é ainda considerado como “do feminino”. Esta questão histórica recoloca a questão de que o conceito de trabalho, em redefinição, deve considerar as atividades cotidianas das mulheres, com todas as conseqüências econômicas, políticas e culturais para a sociedade que advêm daí (BRUSCHINI, 1998). Na discussão proposta neste texto, parece-nos que o não-reconhecimento social das atividades domésticas ou “do lar” e de “gestão comunitária” como trabalho, cria mais dificuldades de transferência, consciente e prática, entre saberes oriundos da esfera da reprodução para a da produção e vice-versa. Necessita-se de um conceito integrando a experiência [e saberes] do trabalho reprodutivo da vida, nas suas dimensões privadas e públicas, e também o exercício político em nível do poder local.

Tornar consciente, representar e assumir, assim, o trabalho doméstico e a gestão comunitária pode contribuir para o entrelaçamento entre as duas esferas; questão chave para a criação e consolidação de empreendimentos solidários. Estes estão mediando tais esferas e, talvez, criando práticas sociais – uma empiria – para novas teorizações sobre o trabalho.

Discutimos, também, neste artigo, sobre saberes desenvolvidos por algumas das mulheres nas experiências diretas em emprego formal. Nelas aprenderam a valorizar o emprego, com salário regular, que promove uma certa segurança em termos de sobrevivência e de reconhecimento social. Isso pode ser interpretado, à primeira vista, como de adaptação ao sistema capitalista, mas significa, ao mesmo tempo, uma apreensão, mais ou menos consciente, da existência de direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo de sua história. A economia popular e solidária, parte da *outra economia*, nasceu no e do setor informal¹¹ e está num processo incipiente de realização. Assim se, por um lado, trabalhar em empreendimentos solidários é um desejo de libertar-se de diferentes tipos de dominação, por outro, não lhes permite obter muitos dos benefícios a que teriam acesso, a princípio, num emprego formal. A pouca participação das mulheres entrevistadas em ações do movimento sindical¹², experiência que alguns trabalhadores

¹¹ Problemática desenvolvida por TIRIBA (2001) p.95-150.

¹² As poucas mulheres entrevistadas que trabalharam em empregos regulares, com carteira profissional assinada, mencionaram que o contato principal com o sindicato se deu no sentido de conhecer e garantir seus direitos, em nível individual e não uma participação em ações coletivas promovidas pelo sindicato da categoria.

que atuam no mercado formal têm, não lhes oportunizou práticas e reflexões a respeito de democratização nas e das relações de trabalho, algo que o movimento sindical de inspiração democrática promove. Isso poderia influir no entendimento e exercício de uma gestão democrática também em cooperativas. O que estamos afirmando é que se faz necessário, para analisar as possibilidades e os limites do protagonismo das mulheres nesses empreendimentos, incluir na reflexão os processos de socialização e aculturação que as vivências de emprego formal promovem, incluindo as ações sindicais.

Toda essa reflexão deve ser situada no contexto de uma sociedade em que se vive a hegemonia de relações sociais capitalistas com precária participação do Estado nas políticas sociais. Sem alteração substantiva dessa realidade, não há chance de sucesso da *outra economia*. Os grupos envolvidos necessitam conhecer, analisar e atuar também em relação a essa questão.

O conjunto dos saberes, a que fizemos referência neste texto, precisa ser integrado, de forma sistematizada, crítica e prática a propostas formativas para empoderar os sujeitos para atuar em diferentes esferas.

Compreendendo o ocorrido: 2º ato

O diálogo na pesquisa e na assessoria entre pesquisador e pesquisado pode contribuir com a transação de vivências para experiências formadoras, para a re-cognição e para a reinvenção da realidade. Aqui retomamos a origem do trabalho em conjunto que motivou a pesquisa, envolvendo docentes e alunas atuantes num Programa de Pós-Graduação em Educação e outras participantes de um projeto de extensão universitária de Assessoria a Movimentos de Mulheres. Nesse último, é desenvolvida, pelo Serviço Social, uma extensa programação, na perspectiva da Educação Popular Feminista, que, partindo das demandas dos grupos de mulheres em São Leopoldo - RS, resulta na realização de cursos, oficinas e eventos. Nossa intenção com a pesquisa foi, por um lado, promover o diálogo entre pesquisa e extensão e, por outro, nessas oficinas, socializar com as mulheres pesquisadas os resultados da investigação, realimentando processos de reflexão-ação.

Como parte dos eventos “Protagonismo Educação e Gênero”, no ano de 2002 e 2003, duas oficinas foram realizadas. Na primeira, apresentamos as perguntas centrais de pesquisa, a categorização dos saberes identificados e alguns conceitos nela utilizados. Na segunda, a reflexão foi focada no protagonismo das mulheres na gestão comunitária e nos empreendimentos econômicos. Além de algumas das entrevista-

das, outras mulheres interessadas participaram. Nos dois momentos, ampliamos as informações; houve relato de vivências das participantes e os conceitos da pesquisa foram discutidos.

Na primeira oficina¹³, um relato sobre uma experiência de gestão comunitária de uma participante de uma cooperativa de reciclagem na região do Vale dos Sinos/RS, com forte atuação na comunidade, contribuiu muito para a compreensão sobre as dimensões social, política e emocional que a legitimação pública de saberes das mulheres pode gerar.

[Era] uma necessidade ... as mães trabalhavam... a gente ajudou desde o mutirão, organizar o prédio da creche e coisa assim, sempre cobrando da Prefeitura. Na hora de trabalhar na creche [nos perguntamos] quem vai trabalhar? Vão trazer as mulheres formadas lá do centro e nós bancamos assim [sem reação]? ... A gente sapateou e disse não. 'Então, não tem creche aqui, quem vai trabalhar serão as mulheres do grupo tal; a fulana que já está sendo preparada; são mães que sabem limpar a bunda de uma criança e fazer carinho. Elas podem não ter 2º Grau, mas serão elas.

A este depoimento, seguiu-se uma reflexão, conduzida pelas pesquisadoras, sobre a importância da apropriação dos seus saberes. Esta fala criou um momento ímpar para o restante do grupo, que foi provocado a realizar uma re-cognição a respeito do valor relativo do saber formal (certificado escolar) e, por outro lado, de perceber a legitimação no âmbito das políticas públicas, de um saber produzido na comunidade e processado via liderança educativa na ação. Isso faz parte da construção de um protagonismo que vai acontecendo na paciente tarefa de sistematização reflexiva e crítica de saberes oriundos da prática social, ocorrida na perspectiva da práxis.

Nesta oficina, quando as mulheres analisavam o que dificultava e o que facilitava o trabalho nas cooperativas, estavam tomando distanciamento da suas vivências com o apoio das pesquisadoras. De forma não-linear, as mulheres indicaram novos elementos, que não haviam aparecido nas entrevistas, ao mesmo tempo em que buscávamos com elas aprofundar aspectos mais gerais e teóricos presentes nos depoimentos. Trazendo análises dos dados, conceitos e uma provocação sobre a necessidade de uma estrutura pública, inclusive da própria educação básica e profissional, para se poder reinventar a economia.

¹³ Oficina intitulada Gênero, Trabalho e Educação, transcorrida em 26/03/2002

Na outra oficina¹⁴, em que nos propusemos a focar mais a questão do tema do *protagonismo das mulheres na gestão comunitária e nos empreendimentos*, novamente muitos exemplos foram trazidos para contar como estavam “fazendo as suas coisas” e as dificuldades enfrentadas. As pesquisadoras também estavam ansiosas para socializar suas conclusões e reflexões teóricas. Era uma segunda oficina, um ano após a primeira, e novas informações foram dadas. As mulheres da associação pró-cooperativa – o empreendimento B, relataram a ação de algumas mulheres do seu grupo em fóruns mais amplos de articulação de iniciativas da economia solidária na cidade e região. Um comentário chamou a atenção: “a maioria mulher [nas iniciativas]...”. Que re-cognição estava acontecendo com essas mulheres a respeito do seu protagonismo individual? A Carla, uma de nossas entrevistadas, estava presente e, ao sair da oficina, diz que aprendeu algo novo. Diz que sai pensando no *protagonismo*, palavra que não conhecia. Ela, que continua ativa atuando de forma protagônica... Re-cognição antes, durante e depois da oficina associada a uma prática movimentada que não cessa?!

Segundo Souza, a crítica, que vai acontecendo no diálogo,

significa sempre interpretar a própria interpretação, repensar os contextos, desenvolver múltiplas definições e tolerar as ambigüidades, de modo que se possa aprender a partir da tentativa de resolvê-las. E significa a mais cuidadosa atenção ao nomear o mundo (SOUZA, 2002, p.54).

Nessa troca de experiências, entremeada de conhecimento de resultados de pesquisa, vai-se afirmando um processo aberto, em que prática e teoria vão-se transformando juntamente com os sujeitos que as estão construindo. Aquilo que é vivência vai-se transformando em experiência. Os sujeitos vão reconhecendo e analisando os seus registros, de senso comum ou teórico-disciplinares, que os vêm orientando e que podem ser mudados na mesma medida, não necessariamente ao mesmo tempo, em que novas ações vão sendo realizadas e nomeadas.

Engravidar uma *nova economia*, cujo longo e contraditório processo seja conhecido, portanto nomeado e sentido por aqueles e aquelas que a estão realizando, pode contribuir para que diminuamos as chances da ocupação, esperta e permanente, do opressor na casa e na alma do oprimido.

¹⁴ Oficina intitulada Gênero Trabalho e Educação transcorrida em 27/03/2003

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Evolução do emprego feminino e equidade de gênero na América Latina. In: *Mulher, Trabalho e Políticas Públicas Locais*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2002, 14-28 p.

BRUSCHINI, Cristina. Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher. In: CARVALHO, Nanci Valadares de. *A condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1998, p.124-142.

CARREIRA, Denise; AJAMIL, Menchu; MOREIRA, Teresa (org.). *Mudando o mundo: a liderança feminina no século 21*. São Paulo: Cortez, Rede Mulher de Educação, 2001.

CATTANI, Antônio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CORREIA, José Alberto. Formação e trabalho: contributos para uma transformação dos modos de os pensar na sua articulação. In: CANÁRIO, Rui (org.) *Formação e situações de trabalho*. Lisboa: Porto, 1997, p.13-41.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1995.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antônio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 135-143.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. São Paulo, Cortez, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. Sobrevivência e Utopia: Os projetos alternativos comunitários no RS. In: *Cadernos CEDOPE*. Série: Movimentos Sociais e Cultura. Ano 6, nº 10, 2º ed, p. 50-57. São Leopoldo, 1994.

KRUPPA, Sonia M. (org.) *Economia Solidária e educação de Jovens e Adultos*. Brasília: INEP/MEC, 2005.

RIBEIRO, Marlene. Educação e trabalho cooperativo: desafios de uma política pública. In: TIRIBA, Lia e PICANÇO, Iracy (org.) *Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. São Paulo: Idéias & Letras, 2004, p.215-236.

SANTOS, Eloísa Helena. Saber popular. In: *Dicionário de Educação Profissional*. Belo Horizonte: NET/UFMG, 2000, p. 297.

SANTOS, Eloísa Helena. Ciência e cultura: uma relação entre saber e trabalho. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 7, jul/dez -2000. P.119 -130.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra G. (org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34 Ltda. e Fundação Carlos Chagas, 2002, p.321-338.

SOUZA, João Francisco de. As pessoas adultas podem beneficiar-se da escola: rumo a novas propostas curriculares. In: SOUZA, João Francisco de & PORTO, Zélia Granja (org.) *Educação popular; participação, exclusão na América Latina hoje*. Recife: NUPEP, 2000, p. 30-57.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber. In: *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, vol.12, nº1 – jan/jun – 2003, p.21-34.

TIRIBA, Lia. 2001. *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia da produção associada*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

Maria Clara Bueno Fischer é professora e pesquisadora da Linha de Pesquisa Educação e Processos de Exclusão Social do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS/RS. Doutora em Educação pela Universidade de Nottingham, Inglaterra. Dedicar-se a estudos sobre trabalho e educação, na perspectiva da formação humana.
E-mail: clara@unisinors.br

Clair Ribeiro Ziebell é mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora adjunta do Curso de Serviço Social e Assistente Social responsável pelo Serviço Social - Assessoria a Movimentos de Mulheres e Organizações Comunitárias, UNISINOS/RS. É sócio-educadora da Rede Mulher de Educação - RME - de São Paulo.
E-mail: clair@unisinors.br